

Melhora o clima das negociações: credores elogiam a disposição do Brasil.

Embora os banqueiros prefiram soluções convencionais, eles insistem num programa de conversão, que seja suficientemente atraente, para reduzir a dívida do Brasil.

Os bancos credores pediram ao Brasil que "aceite as regras do mercado", se quiser a ele reintegrar-se, numa indicação de que não querem subsidiar juros, recusam o **spread** zero, e de que ficariam mais satisfeitos com alguma forma de conversão de dívida em investimento do que com a sua transformação em títulos a longo prazo, com taxas fixas.

Mas o mais importante, segundo os bancos credores, é que "sentimos que o Brasil quer realmente negociar", e o "bom" clima da reunião de ontem, elogiado por todos os negociadores, foi considerado "melhor" do que o que precedeu as reuniões com os mexicanos e os filipinos, e um contraste "chocante" com a tensão e frustração que marcaram o longo encontro inicial com os mesmos brasileiros, há uma semana, em Washington.

O comitê dos 14 bancos, que representa os quase 700 credores internacionais do Brasil, não apresentou uma contraproposta, palavra temida e evitada pelos dois lados, mas "princípios" descritos em duas páginas de papel. Isto ocorreu no começo da reunião, no escritório dos advogados Sherman e Sterling, no 33º andar do prédio do Citicorp, em Manhattan.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, acompanhado dos assessores — Fernão Bracher, Carlos Eduardo de Freitas, Sérgio Amaral (observador da Embaixada brasileira), Antônio de Pádua Seix, embaixador Rubens Barbosa e Francisco Baker, porta-voz do ministro Bresser Pereira — chegaram atrasados para o encontro que estava marcado para às 10h da manhã. Um grupo de cerca de 40 pessoas, entre elas apenas nove mulheres, o esperava, distribuído por uma grande mesa retangular. A apresentação dos "princípios" levou 40 minutos, e os brasileiros, então, pediram tempo, como num jogo de basquete, e ficaram reunidos durante duas horas, sem que sentissem necessidade de ligar para consultas ao Brasil.

Uma fonte dentro da sala de reunião, um dos banqueiros, explicou que nas duas páginas apresentadas por William Rhodes — o presidente do Comitê dos Bancos — estavam "os princípios que devem orientar a negociação, segundo nosso ponto de vista". O documento começaria analisando as necessidades do Brasil para dois a três anos, porque os banqueiros não aceitaram ainda a idéia de incluir o ano de 89, embora se disponham a verificar se o pedido de US\$ 10,4 bilhões é compatível, quando o balanço de pagamento está registrando ganhos que podem se manter daqui para a frente.

"Os bancos deixaram claro que a única forma de o Brasil retornar ao mercado financeiro internacional é aceitar as regras desse mesmo mercado, e nada pedir que o violente, como, por exemplo, o **spread** (taxa de risco) zero", disse a fonte. Para os bancos, assim, o caminho de negociação apontaria mais no resumo convencional do que na direção "imaginativa, criativa", recomendada pelo ministro Bresser Pereira.

Os banqueiros, ainda de acordo com a mesma fonte, "aceitam o cardápio". Eles estariam insistindo muito num programa de conversão da dívida em investimento, que, se tornado atraente pelo governo brasileiro, "poderá reduzir a dívida do Brasil".

Mas essa fonte insiste em lembrar que "os bancos assumem riscos maiores do que têm agora, transformando parte da dívida em investimento, pois ele oscilará segundo as condições do Brasil".

Outra fonte de dentro do Comitê de Bancos Credores ressaltou que o que mais o anima é o reinício das negociações, após sete meses de moratória. "O clima da reunião de hoje (ontem) foi muito animador. Os brasileiros estão dispostos a negociar. Acho que temos espaço para isso. Seria bom que o Brasil aceitasse as regras do mercado, ou seja: a distribuição dos encargos entre bancos comerciais e agências multilaterais, o fato de que os bancos querem ter algum lucro, que **spread** zero é impossível, e que se pode pensar em 20 anos de amortização". Este banqueiro ainda desmentiu os rumores de uma crise nas linhas de curto prazo interbancárias e comerciais, dizendo que "elas estão estáveis", mantendo-se entre US\$ 14 a 14,5 bilhões.

Ao final de cinco horas de reunião, o assessor de imprensa Francisco Baker convidou os repórteres brasileiros, até então sentados no chão do prédio do Citicorp, a que subissem ao 59º andar, numa agência do Banespa, para que ouvissem o presidente do Banco Central, Fernando Milliet.

Milliet começou evitando falar também de contraproposta, mas, sim, de princípios gerais que os banqueiros consideraram úteis para uma negociação.

Esse monitoramento, que pode tornar-se minucioso, não seria um substituto do FMI? Milliet respondeu dizendo que os bancos prefeririam, na verdade, que o Brasil concluísse um acordo com o FMI. E anunciou que os bancos credores enviam uma equipe, na semana que vem, para obter mais informações sobre a economia brasileira. "Dissemos que os receberíamos." E os próprios negociadores brasileiros concordaram em voltar para uma nova rodada de negociações no próximo dia 13, e até o dia 16, mas essas datas não estão certas, podendo ser modificadas, com o prolongamento desta nova reunião até o dia 23, três dias antes do prazo em que uma comissão interministerial do governo americano se reúna para decidir se os bancos devem reclassificar e rebaixar a dívida brasileira, registrando grandes perdas.

"Vai haver um pagamento simbólico de juros?", perguntou-se ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, em português e em Inglês, repetidas vezes. Ele respondeu que não.

"Não. O problema do dia 26 foi colocado de uma forma sobre a qual não houve um aprofundamento maior. Mas nós indicamos que, entre os assuntos que nós iremos conversar com os credores, sobretudo na semana em que voltarmos aos Estados Unidos, estão a questão econômica, a securitização, a conversão da dívida..." Quatro comissões (econômica, de securitização, da conversão da dívida e do refinanciamento) já funcionam, e se reunirão em Brasília e Nova York entre os dias 5 e 19.

Moisés Rabinovici



Sérgio Borges

Comunicado enviado pelo ministro Bresser Pereira